



Escola Profissional
BENTO DE JESUS CARAÇA
ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO

Projeto Educativo de Escola

2026/2029

setembro 2026

Índice

1. Introdução	2
1.1 O Projeto Educativo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC)	2
1.2 Criação da Escola e a Intervenção da CGTP-IN	2
1.3 Bento de Jesus Caraça: Perfil Cívico e Pensamento Pedagógico	3
1.4 A Revolução do 25 de Abril de 1974 e a Constituição da República Portuguesa	4
2. Missão, Visão e Valores	5
2.1 Missão	5
2.2 Visão	5
2.3 Valores	5
3. Principais objetivos	6
3.1. Sucesso Educativo	6
3.2. Educação para a Cidadania Democrática	8
4. Construção do Modelo Pedagógico	10
5. Avaliação da Qualidade	12
6. Estratégia de Internacionalização	14
7. Conclusão	15

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Projeto Educativo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC)

O Projeto Educativo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) — em permanente processo de aperfeiçoamento e melhoria — tem confirmado a sua total adequação aos objetivos que presidiram à criação da instituição. A escola assume como principais referências orientadoras o ideário social da sua entidade promotora, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), o pensamento pedagógico e cultural do seu patrono, Bento de Jesus Caraça, os valores fundamentais transportados pela Revolução do 25 de Abril de 1974 e o projeto de sociedade consagrado na Constituição da República Portuguesa.

1.2 Criação da Escola e a Intervenção da CGTP-IN

A EPBJC foi criada em 1990, na sequência de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Educação e a CGTP-IN. A iniciativa da central sindical foi tomada com o firme propósito de contribuir para colmatar uma insuficiência e uma necessidade objetiva do país ao nível da educação e da formação. Esta ação é indissociável do seu projeto sindical democrático, progressista e transformador da sociedade e baseia-se na convicção de que a educação e a formação ao longo da vida constituem veículos primordiais para promover a igualdade de oportunidades, valorizar o trabalho e os trabalhadores e desenvolver o país.

A CGTP-IN defende a melhoria das qualificações como uma necessidade central para desenvolver o país, aumentar a produtividade, o nível de vida e os salários, bem como para responder aos desafios da evolução científica e técnica em direção ao pleno emprego. Para a central sindical, a par da qualificação dos mais jovens, é indispensável considerar aqueles que já trabalham, apostando em políticas de formação contínua e qualificação que respondam às necessidades de toda a população ativa. É imperioso dinamizar a produção nacional, investir no conhecimento e na inovação, garantir o emprego e dignificar o trabalho, rompendo definitivamente com o modelo de baixos salários e baixas qualificações e combatendo as desigualdades sociais.

A dignificação social do trabalho, como fator de integração, participação social e realização pessoal, constitui um património que incorpora valores essenciais que a EPBJC pretende que sejam apropriados pelos seus alunos. É nesse sentido que a CGTP-IN defende o papel insubstituível da Escola Pública democrática, gratuita, de qualidade e inclusiva.

1.3 Bento de Jesus Caraça: Perfil Cívico e Pensamento Pedagógico

A escolha de Bento de Jesus Caraça para patrono da escola constitui uma justa homenagem à sua vida e obra. Esta escolha é, simultaneamente, uma forma de a EPBJC se apropriar do seu alto exemplo cívico e moral de intelectual português que lutou contra a ditadura fascista que oprimiu o país durante 48 anos, até ao seu derrube em 25 de Abril de 1974. Nascido em 1901, em Vila Viçosa, no seio de uma família de trabalhadores agrícolas, foi em condições muito difíceis que conseguiu prosseguir os seus estudos. A sua excecional envergadura intelectual permitiu-lhe alcançar o grau mais elevado de professor catedrático de matemática com apenas 29 anos. Sem nunca esquecer as suas origens, lutou em conjunto com outros professores e democratas contra a ditadura de Salazar. Como represália pelas suas posições, foi preso pela PIDE em 1946 e, tal como outros professores universitários, demitido do ensino oficial.

O seu pensamento pedagógico baseava-se em duas noções fundamentais: a cultura integral do indivíduo como objetivo a alcançar e a defesa da "escola única" como princípio organizador do ensino, recusando categoricamente a existência de uma escola para ricos e outra para os filhos dos trabalhadores.

Bento de Jesus Caraça considerava que a questão da cultura de toda a humanidade era um problema central do seu tempo — uma questão que mantém total atualidade no presente. Definia a aquisição da cultura como uma tomada de consciência e uma elevação constante das mais positivas possibilidades humanas sob os pontos de vista físico, intelectual, moral e artístico. A cultura não poderia ser, portanto, um monopólio de uma elite, mas sim uma reivindicação para toda a humanidade, o que pressupunha a emancipação económica dos homens e das mulheres e a eliminação de sistemas baseados na exploração.

A elevação da cultura científica dos portugueses foi uma das suas grandes apostas, tendo criado e dinamizado a Biblioteca Cosmos, responsável pela edição de centenas de livros e milhares de exemplares de divulgação científica de qualidade. Encarava a ciência como um organismo vivo, impregnado de condição humana, com as suas forças e fraquezas, e subordinado às grandes necessidades do homem na sua luta pelo entendimento e pela libertação, surgindo assim como um grande capítulo da vida humana e social.

1.4 A Revolução do 25 de Abril de 1974 e a Constituição da República Portuguesa

A Revolução do 25 de Abril de 1974 e a Constituição da República Portuguesa constituem as grandes referências normativas e éticas deste projeto educativo. No preâmbulo da Constituição, destaca-se que:

«A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais (...)

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.»

Aprovada a 2 de abril de 1976 pela Assembleia Constituinte, a Lei Fundamental consagra direitos, liberdades e garantias fundamentais, indissociáveis das lutas travadas pelos trabalhadores e pelo povo. Alvo de revisões constitucionais que refletiram alguns recuos face à sua matriz inicial, a Constituição mantém a sua natureza democrática e progressista. Na sua génese, coloca de forma inseparável as vertentes política, económica, social e cultural da democracia, aliadas aos desígnios da independência e soberania nacionais.

O texto constitucional inscreve os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, reconhece às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade, e consagra os direitos das crianças, dos jovens, dos reformados e dos cidadãos com deficiência. Proclama, ainda, a subordinação do poder económico ao poder político, lança as bases dos direitos sociais e culturais e consagra, como princípios inalienáveis, um Portugal independente, soberano, de paz e cooperação.

A Constituição estabelece, claramente, que todos têm direito à educação e à cultura, incumbindo ao Estado promover a sua democratização. Determina, também, que todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, reconhecendo, explicitamente, a professores e alunos, o direito de participarem na gestão democrática das escolas.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

2.1 Missão

A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) tem como missão proporcionar aos seus alunos uma sólida formação sociocultural, científica, tecnológica e prática, visando o seu pleno desenvolvimento pessoal, cultural e cívico. O projeto educativo orienta-se para garantir a efetiva integração socioprofissional dos estudantes, ao mesmo tempo que cria as condições necessárias para que possam prosseguir estudos. Para tal, a instituição prepara-os para um exercício profissional qualificado nas respetivas áreas de especialização, facultando experiências e vivências integradas no âmbito da sua formação no mundo do trabalho. Em suma, a ação da escola centra-se em contribuir ativamente para a formação integral dos alunos, capacitando-os como profissionais competentes e cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade.

2.2 Visão

A EPBJC projeta-se como uma escola inclusiva e de referência, comprometida com um ensino de qualidade que combate os múltiplos fatores de exclusão social, económica e cultural. Assenta no princípio de que todos os alunos têm o direito e as condições para se desenvolverem como pessoas, seres sociais e alcançar o sucesso educativo pleno. A instituição assume o compromisso de contribuir para a valorização e dignificação do ensino profissional em Portugal, recusando firmemente qualquer tentativa de descaracterização ou subvalorização desta via de ensino. Simultaneamente, a escola assume o papel de proporcionar aos seus alunos uma experiência rica de participação cívica e de vivência democrática, promovida tanto no quotidiano escolar como na sua articulação com a comunidade envolvente.

2.3 Valores

A intervenção educativa e social da EPBJC pauta-se pelo desenvolvimento de uma cultura assente em valores universais e humanistas:

- Justiça Social, Igualdade, Fraternidade e Solidariedade: Promover estes princípios como contraponto ao individualismo e a visões puramente caritativas ou assistencialistas, favorecendo, sistematicamente, a cooperação, em detrimento da competição;
- Valorização do Trabalho e dos Trabalhadores: Defender o trabalho e a dignificação da classe trabalhadora como condições indispensáveis e centrais para a construção de uma vida digna;
- Educação para a Cidadania: Desenvolver práticas que contribuam para a aquisição de comportamentos de intervenção cívica consciente, balizadas nos valores democráticos e de solidariedade social inscritos na Constituição da República Portuguesa.

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

Para o triénio 2026/2029, a EPBJC define dois grandes objetivos estratégicos. O primeiro consiste em aprofundar a cultura escolar de sucesso educativo de todos os alunos, enquanto o segundo foca-se em promover a educação para a cidadania, tendo como referências permanentes os princípios e valores da lei fundamental e o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Para os atingir, a EPBJC está apostada em desenvolver uma cultura profissional assente na participação de todos os professores na construção de um modelo pedagógico que seja inteiramente coerente com os objetivos enunciados.

Neste processo, é fundamental assegurar a motivação das equipas de trabalhadores, tanto docentes como não docentes, tanto nas delegações como nos serviços centrais, que se encontram identificadas com o projeto da EPBJC. Para isso, é crucial que a escola, enquanto instituição, seja também um espaço de realização profissional para cada um dos seus trabalhadores, proporcionando-lhes perspetivas claras de desenvolvimento e de futuro, dado que o seu envolvimento e motivação são determinantes para a produção de resultados. Para lá do aprofundamento da cultura de sucesso e da educação para a cidadania, a EPBJC assume o compromisso formal de garantir a sustentabilidade, a estabilidade e a continuidade das dinâmicas de inovação pedagógica desenvolvidas nas suas diferentes delegações.

3.1 Sucesso Educativo

Todos os alunos têm direito ao sucesso educativo. O sucesso não se decreta nem é um dado apriorístico, sendo antes uma construção contínua que envolve e responsabiliza o aluno, os professores, todos os trabalhadores da escola, as famílias e, de forma muito direta, no desenvolvimento da Formação em Contexto de Trabalho (FCT), os empregadores, isto é, o conjunto da comunidade onde a escola se insere. A diversidade de intervenientes não dilui a responsabilidade individual de cada um, pois é no esforço conjunto que se consegue congrega o contributo de todos, num modelo em que o sucesso de uns não significa o fracasso dos outros.

De acordo com esta conceção — que se traduz simultaneamente num compromisso de ação —, o sucesso educativo passa pela criação e pelo desenvolvimento permanente de uma cultura democrática de sucesso. Nesta cultura destacam-se elementos centrais como o reconhecimento de que todos os alunos são capazes de aprender tudo o que é ensinado na escola, a valorização da dimensão humana e pessoal, através da aceitação de cada aluno tal como é e não como se gostaria que fosse, e o contributo das famílias, vistas como parceiras efetivas e não como alvos de juízos de valor ou a quem se atribuem culpas. Destaca-se, ainda, a participação dos alunos na construção da própria aprendizagem, ensinando cada indivíduo e o grupo a partir do ponto exato onde se encontram, respeitando a sua cultura e os seus valores e procurando alinhá-los com os valores perseguidos pela escola. Este compromisso exige a construção de um modelo

pedagógico focado no sucesso de todos, a valorização do valor educativo do trabalho para uma formação integral e a elevação constante das expectativas e da motivação dos alunos.

Estas diretrizes encontram-se legalmente consagradas nos princípios orientadores da educação inclusiva. Entre eles, destacam-se a educabilidade universal, que se traduz na assunção de que todos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo, e a equidade, que garante que todos os alunos têm acesso aos apoios necessários para concretizar o seu potencial. A inclusão, que assegura o direito de todos aos mesmos contextos educativos, o planeamento educativo centrado nas aprendizagens através de uma abordagem multinível, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares e o respeito absoluto pela autonomia pessoal. Assume-se que só com o sucesso dos alunos existe o sucesso dos professores, das equipas e do todo da escola, sendo este um imperativo ético de toda a comunidade escolar.

Neste âmbito, a EPBJC define um conjunto de indicadores e objetivos prioritários para a sua ação. O plano prevê diminuir a taxa de desistências, de modo a que cada turma termine com, pelo menos, 21 alunos, e aumentar a taxa de conclusão dos alunos que frequentam o ciclo de formação completo, apontando tendencialmente para os 100%. Pretende-se, igualmente, diminuir o número de alunos com módulos em atraso e o seu cômputo global, estipulando-se que cada turma fixe metas anuais sobre este indicador e defina, trimestralmente, o seu respetivo Plano de Recuperação das Aprendizagens.

Adicionalmente, compete à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), em cada delegação e turma, definir as medidas adequadas às necessidades de cada aluno e grupo. Os objetivos passam, ainda, por diminuir o absentismo injustificado e o número de alunos e de horas que precisam de ser compensadas, desenvolver estratégias de apoio ao prosseguimento de estudos e acompanhar e apoiar a inserção direta no mercado de trabalho. Por fim, a escola assume o compromisso de trabalhar as competências sociais, emocionais e comunicacionais dos alunos, constituir equipas estáveis de docentes em cada delegação para minimizar o impacto da rotatividade e segurar a consistência do modelo pedagógico, e promover momentos de codocência em sala de aula de modo a potenciar a diferenciação pedagógica.

3.2 Educação para a Cidadania Democrática

Desde a sua fundação, a EPBJC inscreve no seu Projeto Educativo o compromisso de contribuir para a formação dos alunos, ajudando-os a tornarem-se cidadãos conscientes, informados, solidários, ativos e responsáveis, a par da sua capacitação como profissionais competentes. A educação dos jovens é assumida como um processo coletivo e social que se inicia na família, na comunidade e no grupo de pares. Este percurso é fortemente influenciado pelos conteúdos que circulam nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social dominantes, os quais são detidos por grandes poderes económicos e financeiros e servem os seus respetivos interesses.

Neste contexto, a escola desempenha um papel insubstituível na educação dos jovens, o qual se expressa de forma explícita e implícita através do estabelecimento de regras, direitos e deveres que concorrem para a formação cívica dos alunos. Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores para a sua conceção, a componente de Cidadania e Desenvolvimento foi integrada na matriz curricular-base. Este diploma estipula que cabe a cada instituição de ensino definir a sua própria estratégia de educação para a cidadania, articulada com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Na Estratégia Nacional da Educação Para a Cidadania da EPBJC, definem-se os seguintes domínios prioritários de trabalho com os alunos:

- I. Direitos Humanos: Abrangendo as dimensões civis, políticas, económicas, sociais, culturais e de solidariedade;
- II. Igualdade de Género: Promoção da equidade e do respeito mútuo;
- III. Interculturalidade: Valorização da diversidade cultural e religiosa;
- IV. Desenvolvimento Sustentável: Consciencialização global;
- V. Educação Ambiental: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- VI. Saúde: Promoção do bem-estar, saúde pública, alimentação, exercício físico e saúde sexual;
- VII. Instituições e Participação Democrática: Estimulação da vivência democrática;
- VIII. Mundo do Trabalho: Foco nos direitos dos trabalhadores e no movimento sindical.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento configura-se como uma área transversal que cruza os contributos das diferentes componentes de formação, disciplinas, módulos, Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) e Unidades de Competência (UC) com os temas da estratégia escolar, concretizando-se através do desenvolvimento de projetos por parte dos alunos. O objetivo principal da disciplina de Área

de Integração foca-se na educação para a cidadania e no desenvolvimento de competências sociais, pelo que os domínios elencados devem ser obrigatoriamente integrados no programa desta área curricular.

Nos Cursos de Informática de algumas das delegações, a disciplina de TIC será substituída pela criação da disciplina de Educação e o Mundo, onde serão trabalhados de forma mais aprofundada os domínios da Interculturalidade, da Educação para os Media e da Saúde. Anualmente, a escola selecionará um Tema de Projeto de Escola a nível nacional, dotado de relevância social e política. Este tema será posteriormente desenvolvido, em cada turma, no âmbito do respetivo Projeto Curricular de Turma, contando com a participação ativa dos alunos na definição dos subtemas e das atividades. Os resultados destes trabalhos devem ser apresentados à turma e, sempre que possível, alargados a toda a comunidade escolar e familiares de cada delegação, visando consolidar os conhecimentos dos alunos sobre temas relevantes e expandir a consciência sobre as suas aprendizagens.

Adicionalmente, cada turma deve assegurar anualmente a realização de, pelo menos, um projeto com a comunidade, proporcionando o contacto direto dos alunos com outras camadas da população e os seus problemas através da cooperação com instituições locais. As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio farão obrigatoriamente parte do Plano de Atividades de cada delegação, integrando iniciativas que mobilizem todos os alunos e que aliem atividades lúdicas e desportivas a uma componente de reflexão política.

Por fim, o projeto educativo prevê o aprofundamento do funcionamento democrático da escola através do reforço da participação dos alunos em vários níveis, desde os processos de aprendizagem à própria organização da vida escolar. Para o efeito, as Assembleias de Turma e o Conselho de Delegados mantêm-se como as estruturas organizativas fundamentais para potenciar esta participação institucional. A Hora de Orientação Educativa de Turma, integrada no horário semanal, funcionará como um espaço regular e sistemático de discussão dos problemas identificados pelos alunos ao nível das aprendizagens, comportamentos e projetos. A avaliação destas atividades refletir-se-á na classificação dos módulos em que foram desenvolvidas, sendo a participação dos alunos devidamente averbada no seu certificado final. A responsabilidade por esta componente reparte-se entre o professor de Área de Integração e o Orientador Educativo de Turma ao nível da turma, o Diretor Pedagógico ao nível da delegação e o Presidente da Direção Pedagógica a nível nacional.

4. CONSTRUÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO

O modo de ensinar e de organizar as aprendizagens na instituição é indissociável dos objetivos assumidos e do perfil de competências que se pretende que os alunos desenvolvam. O projeto educativo preconiza uma rutura com a tradição pedagógica de ensinar a muitos como se fossem um só, rejeitando a pedagogia puramente magistral, baseada na aplicação da mesma lição e dos mesmos exercícios para todos os alunos em simultâneo. Diante deste desafio, os professores e alunos da EPBJC encontram-se empenhados na construção de um modelo pedagógico integrado que responda à diversidade dos estudantes e garanta o direito ao sucesso através da aprendizagem cooperativa e da diferenciação pedagógica.

Este modelo pedagógico estrutura-se em torno dos seguintes elementos fundamentais:

- Papel Ativo do Aluno: O ato de ensinar baseia-se no desenho e na construção de atividades significativas para os alunos desenvolverem, colocando-os no centro do processo de construção das suas próprias aprendizagens;
- Grupos Cooperativos: Utilização de estratégias de aprendizagem alicerçadas no trabalho em equipa, onde os alunos assumem diferentes papéis e responsabilidades partilhadas, contrariando a lógica de execução simultânea da mesma tarefa por todos;
- Trabalho por Projetos: Opção de fundo na organização do trabalho escolar, configurando-se como um tempo forte para a concretização de práticas diferenciadas em pares ou pequenos grupos;
- Interdisciplinaridade: Realização de projetos integrados que englobam e articulam várias disciplinas da componente de formação técnica, bem como das componentes científica e sociocultural;
- Estudo Autónomo: Gestão flexível do tempo de aula com a criação de espaços destinados ao estudo autónomo, orientados, preferencialmente, por um Plano Específico de Trabalho;
- Avaliação Reguladora: Instituição de processos de avaliação formativa plenamente integrados no processo de ensino-aprendizagem, cuja principal função é regular e melhorar o desempenho dos alunos através da partilha de responsabilidades e da autoavaliação;
- Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): Implementação desta estratégia no âmbito da Educação Inclusiva, proporcionando múltiplos meios de envolvimento para aumentar as perspetivas de sucesso, múltiplos meios de representação para diversificar os estilos de aprendizagem e múltiplos meios de ação e expressão para variar os instrumentos e momentos de avaliação;

- Transição Digital de Registos: Simplificação contínua do dossiê técnico-pedagógico dos docentes mediante a conversão dos registos em ferramentas digitais ágeis, libertando o tempo docente para o desenho de atividades cooperativas e o acompanhamento direto dos alunos;
- Memória Futura da Escola: Estruturação de uma plataforma digital partilhada que registe e permita exportar projetos interdisciplinares de sucesso, impedindo o confinamento da inovação pedagógica a uma turma ou delegação isolada;
- Regulação da Inteligência Artificial (IA): Adoção de diretrizes pedagógicas claras sobre as fronteiras do uso da IA na sala de aula, assegurando que a tecnologia potencie a pesquisa e o desenho técnico, mas salvaguardando que os processos nucleares de leitura, escrita estruturada, cálculo analítico e argumentação continuem a exigir esforço intelectual e apropriação pessoal por parte do aluno;
- Foco no Percurso Formativo: Redefinição das metodologias de avaliação formativa no trabalho por projetos, focando a ação docente na avaliação contínua do percurso de aprendizagem, nas defesas orais e no pensamento demonstrado nas fases intermédias, em vez de avaliar apenas o produto finalizado, que pode contar com a coautoria generativa da IA.

As ruturas implícitas neste modelo pedagógico não se realizam de forma isolada, tornando o trabalho cooperativo entre professores um requisito essencial e absolutamente necessário. Para tal, as sessões de autoformação cooperada requerem uma preparação mais aprofundada e o alargamento das temáticas em reflexão. Além do trabalho desenvolvido em sala de aula, torna-se imperioso analisar e debater o papel do Projeto Curricular de Turma, do Plano de Recuperação das Aprendizagens, da educação para a cidadania e do Sistema de Garantia da Qualidade ao nível da turma e da delegação.

Sem nunca substituir a presença e o papel fundamental do professor, reconhece-se que a evolução tecnológica e a sua apropriação colocam novas exigências ao trabalho docente e à sua formação, gerando um grande impacto nas aprendizagens. O desenvolvimento deste modelo exige o envolvimento ativo e a valorização de todos os intervenientes educativos para potenciar o sucesso escolar, visando reforçar:

- O Professor: Valorizado como elemento basilar do processo educativo, profissional competente na definição da estratégia didático-pedagógica e gestor do currículo;
- O Aluno: Assumido como agente regulador do seu próprio processo de aprendizagem e de construção social e pessoal, em cooperação com os seus pares e a comunidade;

- Os Encarregados de Educação: Envolvidos ativamente no acompanhamento do percurso do aluno em interação com os órgãos escolares, num compromisso partilhado de responsabilização mútua pelo sucesso;
- Os Trabalhadores Não Docentes: Reconhecidos como essenciais para garantir as condições logísticas, administrativas e de acompanhamento técnico — através de estruturas como o Serviço de Orientação e Acompanhamento —, atuando na primeira linha de contacto com as famílias e projetando a identidade institucional.
- O Setor Produtivo: Envolvidos na coorganização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e na validação das competências nas Provas de Aptidão Profissional (PAP).
- Instituições de Ensino Superior (IES): Promovem a formação contínua dos alunos através do prosseguimento de estudos.
- Setor Social (IPSS, associações culturais, desportivas e de desenvolvimento cultural): Enriquecem a Educação para a Cidadania, através de projetos e inclusão de alunos com necessidades específicas ou em risco de exclusão social.

5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A atribuição, em janeiro de 2020, e a subsequente renovação, em maio de 2026, do selo de conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais) pelo período de três anos, vieram atestar a implementação de um Sistema de Garantia da Qualidade consistente na EPBJC. Este selo configurou o reconhecimento institucional de um processo contínuo que, ao longo dos anos, sedimentou uma verdadeira cultura da qualidade focada no conhecimento dos resultados, na avaliação dos processos e na monitorização rigorosa dos procedimentos. Há mais de quinze anos que a escola dispõe de um Observatório da Qualidade, estrutura central onde a recolha, o tratamento e a análise dos dados dão origem a relatórios técnicos que, ao serem encaminhados para os órgãos responsáveis, sustentam de forma fundamentada a tomada de decisões.

O Quadro EQAVET — estruturado em torno de princípios fundamentais como a visão estratégica, a visibilidade dos processos e resultados, o envolvimento de parceiros internos e externos, a melhoria contínua baseada em indicadores e a aplicação prática do ciclo da qualidade — permitiu à escola sistematizar e formalizar as suas práticas anteriores, traduzindo-se num salto qualitativo que importa alargar, desenvolver e consolidar em todos os níveis da organização. Como resultado direto, a EPBJC melhorou significativamente a visibilidade do seu trabalho e dos seus resultados. No plano dos processos, por exemplo, instituiu-se um plano de formação contínua desenhado a partir das necessidades

identificadas por cada trabalhador, ao mesmo tempo que os procedimentos administrativos e financeiros foram devidamente regulamentados.

O envolvimento ativo de professores e alunos na contratualização e definição de metas e objetivos encontra-se plenamente estruturado, embora os processos de avaliação e melhoria — com especial enfoque nos planos de recuperação das aprendizagens — constituam um campo com margem para progressão. Paralelamente, assume-se a necessidade de continuar a aprofundar a reflexão e a eficácia das abordagens direcionadas aos encarregados de educação e aos empregadores, com o intuito de maximizar o seu envolvimento em prol do sucesso educativo dos alunos. Os documentos de planificação da escola, nomeadamente os Projetos Curriculares de Turma, os Projetos Curriculares de Curso e os Planos de Atividades das Delegações, devem refletir com maior precisão o trabalho já desenvolvido e lançar novos desafios pedagógicos.

A avaliação no âmbito do Sistema EQAVET incide sobre indicadores de resultado fundamentais, tais como as taxas de conclusão, as taxas de colocação no mercado de trabalho, o prosseguimento de estudos, a taxa de empregabilidade na respetiva área de formação e o grau de satisfação dos empregadores. Complementarmente, a EPBJC definiu um conjunto de indicadores internos que permitem uma monitorização rigorosa, avaliando trimestral e anualmente parâmetros como as taxas de desistência, o aproveitamento escolar (traduzido no número de módulos não realizados), a assiduidade e a taxa de transição de ano. É feito, ainda, o acompanhamento pós-formação aos alunos diplomados.

A monitorização estende-se, ainda, à avaliação dos processos técnico-pedagógicos, do desempenho dos diretores das delegações e do trabalho docente.

A avaliação do trabalho docente na EPBJC visa, exclusivamente, a melhoria das práticas letivas e, por reflexo, a otimização das aprendizagens dos alunos. Sendo um modelo formativo sem impacto na progressão na carreira e que não dá lugar a qualquer classificação quantitativa, o seu propósito reside no crescimento profissional do docente e na monitorização dos resultados para atingir as metas fixadas. O processo operacionaliza-se através dos seguintes elementos integrados:

- Relatório de Autoavaliação do Docente: Instrumento de reflexão individual focado no desempenho letivo;
- Análise do Dossiê Técnico-Pedagógico: Verificação documental e metodológica do trabalho do professor;
- Observação de Aula: Acompanhamento direto das dinâmicas pedagógicas em contexto real;
- Entrevista de Reflexão: Espaço de partilha e balanço sobre o trabalho desenvolvido;
- Relatório de Avaliação: Documento formal elaborado pela Comissão de Avaliação;

- Plano de Melhoria e Desenvolvimento: Linhas orientadoras para a evolução contínua da prática docente.

O Relatório de Autoavaliação e a Entrevista de Reflexão passam a contemplar o contributo efetivo do docente para a estabilização de boas práticas na respetiva delegação e o seu papel no trabalho cooperativo de equipa.

6. ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

É cada vez mais evidente a importância e as elevadas expectativas manifestadas pelos alunos e encarregados de educação relativamente à possibilidade de escola proporcionar experiências de mobilidade noutros países, durante o percurso de formação. Pela sua natureza, pelas condições que oferece e pelos fins a que se destina, o Programa de Mobilidade Erasmus+ permite que os estudantes enriqueçam a sua experiência profissional e pessoal no estrangeiro. Esta oportunidade possibilita-lhes aplicar em contextos reais e diferenciados os conhecimentos adquiridos, praticar línguas estrangeiras, utilizar novas ferramentas tecnológicas e superar desafios em cooperação com outros tutores e colegas, o que reforça diretamente a sua autonomia, a sua autoestima, o desenvolvimento de competências interculturais e a valorização do seu currículo profissional.

Simultaneamente, os professores encontram nestas iniciativas a oportunidade de conhecer outros sistemas de ensino e formação, bem como de aprender e partilhar boas práticas com colegas de outros países, impulsionando o desenvolvimento de novos métodos e estratégias de ensino-aprendizagem. Competências transversais como a comunicação, a capacidade de resolução de problemas, o trabalho em equipa e a aptidão para enfrentar novas realidades são significativamente potenciadas por via destas experiências, funcionando como um importante fator de motivação para alunos, professores e demais trabalhadores da instituição.

A acreditação Erasmus+ da escola, entretanto alcançada apesar dos constrangimentos financeiros existentes, funcionará como um elemento facilitador para a construção e o desenvolvimento de um plano estruturado em torno dos seguintes objetivos estratégicos:

- Sucesso e Aprendizagem: Melhorar o aproveitamento escolar geral e, de modo particular, incrementar as competências linguísticas e digitais dos participantes;
- Desenvolvimento Pessoal: Reforçar a motivação, a autonomia e a autoestima, promovendo uma melhor compreensão das habilitações escolares e das competências profissionais;
- Empregabilidade: Proporcionar novas experiências profissionais em contextos internacionais, enriquecendo o currículo dos alunos e aumentando as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho;

- Inovação Pedagógica: Partilhar e apreender novas práticas de ensino e metodologias de intervenção profissional;
- Cidadania Global: Promover a cidadania democrática através do conhecimento de outras culturas, sensibilizando a comunidade escolar para questões centrais como a igualdade de género, as migrações e a sustentabilidade ambiental.

7. CONCLUSÃO

O Projeto Educativo 2026/2029 da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça assume-se como o compromisso estratégico e pedagógico da instituição para responder aos desafios sociais, técnicos e laborais do presente triénio. Ao consolidar as suas principais referências orientadoras — fundadas no ideal de justiça social da CGTP-IN, na visão de cultura integral e de escola única de Bento de Jesus Caraça e nos valores democráticos da Constituição da República Portuguesa —, a escola reafirma o seu papel insubstituível na promoção de uma Escola Pública democrática, inclusiva, gratuita e de elevada qualidade.

Para o período que agora se inicia, a ação institucional foca-se, de forma clara, na concretização dos seus dois grandes objetivos: o aprofundamento de uma cultura escolar de sucesso educativo universal e a promoção ativa de uma educação para a cidadania democrática. Através da edificação de um modelo pedagógico assente na diferenciação, na aprendizagem cooperativa e no trabalho por projetos, a escola capacita o aluno como agente regulador do seu próprio saber. Esta dinâmica integra de forma responsável os avanços da transição digital e regula o uso da inteligência artificial na sala de aula, salvaguardando sempre a integridade académica, o esforço intelectual e a insubstituível mediação humana do corpo docente.

A sustentabilidade e a excelência deste percurso formativo encontram-se plenamente alinhadas com as exigências de monitorização do Sistema de Garantia da Qualidade EQAVET. Este quadro assegura a melhoria contínua dos processos e confere uma maior visibilidade aos resultados alcançados, fortalecendo as pontes entre a escola, as famílias, os trabalhadores não docentes e o tecido empresarial. Adicionalmente, a consolidação da estratégia de internacionalização, através da acreditação Erasmus+, abre novos horizontes de empregabilidade e cidadania global, enriquecendo o currículo profissional e o desenvolvimento pessoal de toda a comunidade educativa.

Com o envolvimento e a motivação de todas as equipas de trabalhadores, delegações e órgãos diretivos, a EPBJC projeta-se para o futuro como um espaço de realização profissional e pessoal. A instituição cumpre, assim, o seu desígnio de valorizar o trabalho e elevar as qualificações, preparando profissionais competentes e cidadãos intervenientes capazes de contribuir para o desenvolvimento e para a construção de um país mais livre e mais justo.